

Fila do Bolsa Família volta sob Lula e deixa 438 mil famílias à espera[Clique aqui para ver a notícia no site](#)

O retrato contraria uma expectativa do próprio governo de manter a fila zerada até dezembro. Folhapress Modificado em 04/06/2023 15:36. Quase três meses após o relançamento do Bolsa Família, vitrine social das gestões petistas, o programa voltou a registrar fila de espera. Em maio, 438 mil famílias tiveram o cadastro aprovado pelo governo, mas não receberam o benefício. O retrato contraria uma expectativa do próprio governo de manter a fila zerada até dezembro, após o Congresso Nacional aprovar uma PEC (proposta de emenda à Constituição) que injetou R\$ 70 bilhões no programa social para este ano, além dos R\$ 105 bilhões já previstos inicialmente no Orçamento. Leia também Em março, quando o presidente Luiz Inácio Lula da Silva (PT) inaugurou a nova fase do programa, a fila chegou a zero. O anúncio foi feito em uma cerimônia grandiosa no Palácio do Planalto, com a presença de ministros, representantes da sociedade civil e famílias beneficiárias. O petista encontrou, em janeiro, um passivo de 498 mil famílias que estavam na lista de espera do Auxílio Brasil --marca lançada pelo ex-presidente Jair Bolsonaro (PL) e que antecedeu o novo Bolsa Família. Com os recursos adicionais autorizados pelo Congresso, todas essas pessoas foram incluídas no programa. Mas a fila voltou a crescer pouco tempo depois. Uma família entra na lista de espera quando já teve os documentos analisados e aprovados pelo Ministério do Desenvolvimento e Assistência Social. Portanto, a fila inclui apenas quem cumpre os requisitos e já está apto a receber o benefício. Procurado, o MDS não esclareceu as razões pelas quais não efetua a inclusão dessas famílias no programa. A pasta comandada por Wellington Dias (PT) limitou-se a divulgar uma nota em que lista uma série de dados e indica que o prazo médio para a entrada de novos beneficiários está em 70 dias --mais de dois meses. Para "famílias vulneráveis", que o ministério caracteriza como "indígenas, quilombolas, resgatados de situação análoga à escravidão, entre outros", o prazo é de 45 dias, segundo o MDS. Em março, o Ministério do Planejamento e Orçamento anunciou uma redução de R\$ 7 bilhões na projeção de gastos com o programa --de R\$ 175 bilhões para R\$ 168 bilhões. Quando isso acontece, em geral os recursos ficam travados para uso, uma vez que é comum precisar remanejar para outras áreas. O governo atribuiu a revisão do valor ao processo de averiguação e revisão do Cadastro Único de programas sociais. A atualização dos dados permitiu a exclusão de famílias que não fazem jus ao benefício. Em maio, quando houve nova avaliação do Orçamento, não houve alteração nas despesas. Um interlocutor do MDS disse sob reserva que a economia de R\$ 7 bilhões pode "não se confirmar", uma vez que ela reflete apenas a expectativa de exclusão de famílias, sem considerar o fluxo de novos ingressos no programa. O cálculo é atribuído ao Planejamento. Procurada, a pasta chefiada por Simone Tebet (MDB) informou que "a estimativa mencionada foi feita pela Secretaria Nacional de Renda da Cidadania (Senarc) do MDS, em nota técnica enviada à SOF [Secretaria de Orçamento Federal]". A reportagem questionou o MDS se a redução na projeção de gastos com o programa está por trás do represamento de novas concessões. O ministério não respondeu diretamente a essa pergunta. Em nota, o órgão confirma que a estimativa de despesas com o Bolsa Família em 2023 está em R\$ 168 bilhões e diz que "a projeção é passível de mudança a cada relatório de avaliação bimestral, o que pode acontecer em função do fluxo de entradas e saídas do programa". "Esse ciclo de processos, característico do programa, garante fluxo permanente de entrada de novas famílias", diz. A nota também cita o pagamento de um benefício médio de R\$ 670 por família. A cifra é inferior à previsão inicial de R\$ 714, que só deve ser atingida em junho, quando o novo desenho do Bolsa será implementado integralmente. Em março, quando Lula editou a MP do novo programa, o governo manteve o mínimo de R\$ 600 por família e acrescentou apenas um dos benefícios prometidos: os R\$ 150 adicionais por criança de 0 a 6 anos. As demais parcelas de R\$ 50 para crianças e adolescentes de 7 a 18 anos e de R\$ 50 para gestantes serão pagas a partir deste mês. Atualmente, o programa atende a 21,2 milhões de famílias. O Auxílio Brasil tinha uma cobertura de 21,9 milhões de lares. A redução é explicada pelo plano de Wellington Dias de intensificar a busca por fraudes e exclusões de quem não tem direito à transferência de renda. A exclusão de cadastros irregulares abriria

espaço para quem faz jus ao programa --daí a expectativa de manter a fila zerada. Apesar do avanço no plano de excluir famílias irregulares, os dados mostram que a fila voltou a um patamar próximo do início do ano. Integrantes do governo, porém, dizem que a previsão de acabar com a espera pelo benefício até o fim de 2023 está mantida. O economista Marcelo Neri, diretor do FGV Social, afirma que o pente-fino nos cadastros, após a explosão de concessões em meio ao período eleitoral, acaba gerando "certo peso operacional" sobre o programa, sobrecarregando a rede de assistência social que já vem de um processo de enxugamento e ainda não foi totalmente recomposta. Ele ressalta ainda que retirar pessoas do programa não é o único desafio do governo. "Acho que tem que ser mais cuidadoso com quem entra no programa", afirma. Neri avalia que o desenho do Bolsa Família melhorou com as parcelas focadas em crianças, mas a manutenção do mínimo de R\$ 600 por família prejudica sua eficiência e reduz o efeito potencial de redução da pobreza, além de manter o custo operacional elevado. "Por manter esses R\$ 600 independentemente do tamanho e nível de renda da família, há uma queda na focalização", diz. Cálculos do governo indicam que, em média, o novo Bolsa Família atenderá cerca de 20,8 milhões de residências neste ano. A trajetória de queda na cobertura, portanto, deve se manter nos próximos meses, pois em maio foram 21,2 milhões. Esse movimento é explicado também pela busca por pagamentos principalmente para famílias unipessoais --compostas por um único integrante. Ainda na transição de governo, um dos problemas encontrados pela equipe de Lula foi a explosão de cadastros de famílias solo após Bolsonaro ter instituído um valor mínimo a ser pago independentemente do tamanho da família. Muitas dessas famílias foram incentivadas a se dividir para receber um valor maior. Por isso, o número de famílias unipessoais saltou de 2,2 milhões em outubro de 2021, antes do lançamento do Auxílio Brasil, para 5,8 milhões no fim do mandato de Bolsonaro.



Em maio, 438 mil famílias tiveram o cadastro aprovado pelo governo, mas não receberam o benefício. (Agência Brasil)

